

Esclarecedores Estratégicos para Cabos Estratégicos

Major Ron Sargent, Exército dos EUA

A Era do “cabo estratégico” chegou... O soldado atual deve ter domínio profissional do combate, mas deve adaptá-lo à sensibilidade da política e da mídia.

—General Peter F. Leahy, Exército Australiano¹

QUANDO as forças convencionais do Exército dos EUA se desdobram em funções que exigem extenso contato pessoal com a população nativa, há sempre pouca nuance ou sutileza a respeito. O Exército, como é seu dever, procura dominar cada faceta do conflito. Durante as operações, manifestamos intenções nobres e justas, baseadas nos nossos valores e crenças e pressupomos que, se o povo nativo não apoiar imediatamente os nossos esforços, eles farão isso com o tempo. A história demonstra, porém, que essa hipótese nem sempre é verdadeira.

Embora os planejadores possam corretamente analisar atitudes e opiniões locais negativas sobre as operações, eles não têm sido eficazes na consideração dos efeitos estratégicos desses fatores e nem considerado adequadamente como o apoio inicial da localidade pode desgastar-se com o tempo. Deveríamos considerar a razão pela qual isso acontece e o papel que a cultura pode representar nesse desgaste. Povos de diferentes culturas têm valores e crenças diferentes das nossas e não consideram nossos princípios como universais. As evidências podem ser encontradas nas experiências do Exército dos EUA no Vietnã, Somália, Haiti, Afeganistão e Iraque.

Historicamente, o Exército e outras forças armadas no mundo têm exercido extrema pressão ou violência para alcançar um fim, mas o paradigma do combate mudou devido aos efeitos de comunicação de massa e da interconexão global. Desde a Guerra do Vietnã, as operações militares norte-americanas têm sido praticamente

realizadas às vistas do público. Portanto, o Exército deve mudar se quiser manter a legitimidade estratégica em terras distantes. Simplesmente não podemos alienar para um plano secundário o povo que tentamos influenciar, libertar, proteger ou ajudar.

Além disso, não pode haver tolerância à ignorância cultural de “cabos estratégicos” (jovens oficiais subalternos e soldados na linha de frente da batalha) envaidecidos pela mídia, cujas palavras e ações podem

Embora os planejadores possam corretamente analisar atitudes e opiniões locais negativas sobre as operações, eles não têm sido eficazes na consideração dos efeitos estratégicos desses fatores e nem considerado adequadamente como o apoio inicial da localidade pode desgastar-se com o tempo.

afetar os resultados estratégicos. O gênio da notícia está fora da lâmpada e, a partir de agora, a legitimidade estratégica do Exército será examinada detalhadamente. Não podemos ser vítimas da autoflagelação. Se há um período na história do Exército para se considerar o emprego de oficiais de área estrangeira (*Foreign Area Officers*) no nível tático, este período é agora.

No decorrer da história, as forças militares convencionais raramente tiveram êxito em operações realizadas nas regiões onde as culturas nativas eram significativamente diferentes das suas. O Exército não é uma exceção a essa regra. Quando conduzimos tais operações assumimos um grande risco, a menos que escolhamos agir de outra maneira.

Quando consideramos o problema surgem duas dúvidas. Primeira, quando forças convencionais desdobram-se, soldados ou grupos de soldados, inocente ou abertamente, cometerão atos de tal ignorância cultural resultando no desgaste da legitimidade e da credibilidade estratégicas. Segunda, os estados-maiores de planejamento farão análises mal feitas e desenvolverão estimativas e planos que violarão as necessidades culturais e sociais do ambiente no qual operam, desgastando, assim, a legitimidade e a credibilidade estratégicas. Esses efeitos desgastantes no ambiente operacional contemporâneo podem ser evitados, pois ocorrem onde há planos táticos concisos e regras de engajamento (*rules*



Departamento de Defesa

of engagement — ROE), apresentando um dilema para as unidades táticas do Exército, pois revela que planos e regras de engajamento carecem de profundidade e amplitude e não se enquadram no paradigma cultural de um ambiente operacional contemporâneo permeado por influências da mídia. Os oficiais de área estrangeira podem transpor tais obstáculos estratégicos no nível tático para obter resultados de segunda e terceira ordens que positivamente afetem todo o âmbito tático.

A Cultura é Importante

A tese do “choque das civilizações” reconheceu que o mundo não é culturalmente homogeneizado e que as diferenças culturais ainda são relevantes.

—Secretário de Estado Colin L. Powell²

A Guerra do Vietnã foi o último conflito prolongado importante no qual as forças convencionais norte-americanas interagiam regularmente com o povo nativo que tinha uma cultura radicalmente diferente da nossa. As forças convencionais venceram os combates táticos, no entanto foram incapazes de ganhar os corações e mentes do povo vietnamita, principalmente porque os planejadores táticos não tinham suficientemente compreendido ou considerado a cultura e as motivações vietnamitas.

Para os vietnamitas, a guerra era uma luta nacionalista que tinha pouco a ver com ideologia. Entretanto,

os Estados Unidos travaram a guerra como se fosse uma luta ideológica para corações e mentes. As forças convencionais norte-americanas aplicaram a doutrina de “guerra limitada”, e as oportunidades de conquistar os corações e mentes perderam-se no combate.³ Campos, colheitas, casas e estradas foram destruídos no interesse de combater um inimigo ideológico em vez de um inimigo nacionalista. Aldeões idosos eram frequentemente tratados com desrespeito, pois os americanos não entendiam sua importância dentro das comunidades. Os vietnamitas consideravam tal desrespeito um insulto à aldeia como um todo.

O General William Westmoreland comentou, certa ocasião, que a “A vida humana tem preço módico para os asiáticos. Eles não consideram a morte da mesma forma que nós”. Essa citação foi usada em um filme anti-guerra, *Hearts and Minds* (Corações e Mentes) e comparada com o vídeo de uma viúva vietnamita desesperada tentando jogar-se na cova de seu marido.⁴ Infelizmente, fizemos desnecessariamente muitos inimigos em virtude da falta de conhecimento cultural vietnamita em toda a cadeia de comando.

Devemos ter cuidado para que o nosso comportamento não seja o mesmo no Iraque, para evitar o desgaste da nossa legitimidade e credibilidade naquele país. No ano passado, imagens de um soldado norte-americano revisitando um insurreto suspeito em frente de uma equipe de televisão da CNN foram mostradas diversas vezes no mundo árabe. Da perspectiva do soldado norte-americano, foi o que ele precisava fazer diante de combatentes inimigos. Para o mundo árabe, essa cena significou um soldado norte-americano com o pé nas costas de um homem iraquiano contorcendo-se no solo em frente de sua casa, de membros de sua família e de mulheres iraquianas. Os americanos consideraram um procedimento tático padrão; os iraquianos e árabes consideraram um evidente ato ofensivo que confirmou suas crenças de que as forças norte-americanas e sionistas estavam lá para dominar e humilhar o mundo árabe.

Em novembro de 2003, a revista *Newsweek* publicou um artigo no qual um sargento do Exército rejeitou um delegado de polícia iraquiano por tentar, em um gesto de agradecimento, beijá-lo na bochecha. O sargento disse: “Ele ia me dar aquele beijo árabe. Eu disse, ‘Eu não beijo homem, meu cara. Como é que vai?’”⁵ Aquilo que o sargento julgou ser uma ameaça à sua masculinidade os iraquianos e árabes julgaram como um tapa no rosto.

Quando tais incidentes são mostrados ao mundo pela mídia global, eles afetam demais a legitimidade e a credibilidade do Exército dos EUA. Mesmo quando a mídia não está presente, tais incidentes geram sentimentos negativos que anulam os atos positivos executados diariamente pelos soldados norte-americanos. A realidade estratégica é que tais humilhações só precisam ocorrer



Departamento de Defesa

Um carro de combate do 25ª Divisão de Infantaria passa por Saigon no Vietnã após desembarcar de um navio anfíbio. (março de 1966)

uma única vez, na perspectiva árabe e iraquiana, para que deixemos de ser bem-vindos.

Adaptando-se às Situações

Quando estamos na guerra devemos pensar e agir de modo diferente. Devemos ser mais flexíveis e adaptáveis.

—Chefe de Estado-Maior do Exército,
General Peter J. Schoomaker⁶

No ambiente operacional contemporâneo há pouco ou nenhum tempo para uma curva de aprendizagem. As forças convencionais devem agir rapidamente desde o início para alcançar o máximo retorno tático em uma área de operações sem, ao mesmo tempo, alienar a população nativa. Algumas histórias de sucesso vieram dessa frente. “Você tem que progredir rapidamente para mostrar ao povo que as suas intenções são boas”, disse o General David Petraeus quando comandava a 101ª Divisão Aeroterrestre em Mosul.⁷ Em julho de 2003, a 101ª Divisão empregou o método menos agressivo “cerco e bater à porta” para sondar as comunidades, em vez do método “cerco e vasculhamento”.⁸ Embora não possamos determinar, estou certo de que residentes dentro do setor de Petraeus ficaram gratos por não terem suas portas arrombadas de madrugada.

Em contraste, outro comandante de divisão no Iraque disse que o seu grande comando levou oito meses simplesmente para compreender o ambiente no qual ope-

ravam. Sua organização não conseguia analisar muito bem a inteligência coletada e era incapaz de enxergar através da confusão da guerra. Minha interpretação era que grande parte do seu problema consistia na falta de especialização cultural e lingüística do seu pessoal.

Reconhecendo as deficiências da sua própria organização no Iraque, um terceiro comandante de alto escalão disse que todas as divisões do Exército deveriam desdobrar-se com uma equipe para aconselhar o comandante sobre assuntos estratégicos. As experiências desses comandantes de alto escalão salientaram a necessidade de ajustar as operações e incrementar as capacidades estratégicas no nível tático. O ajuste das operações é apenas uma questão de bom senso; o aperfeiçoamento de capacidades estratégicas é um imperativo.

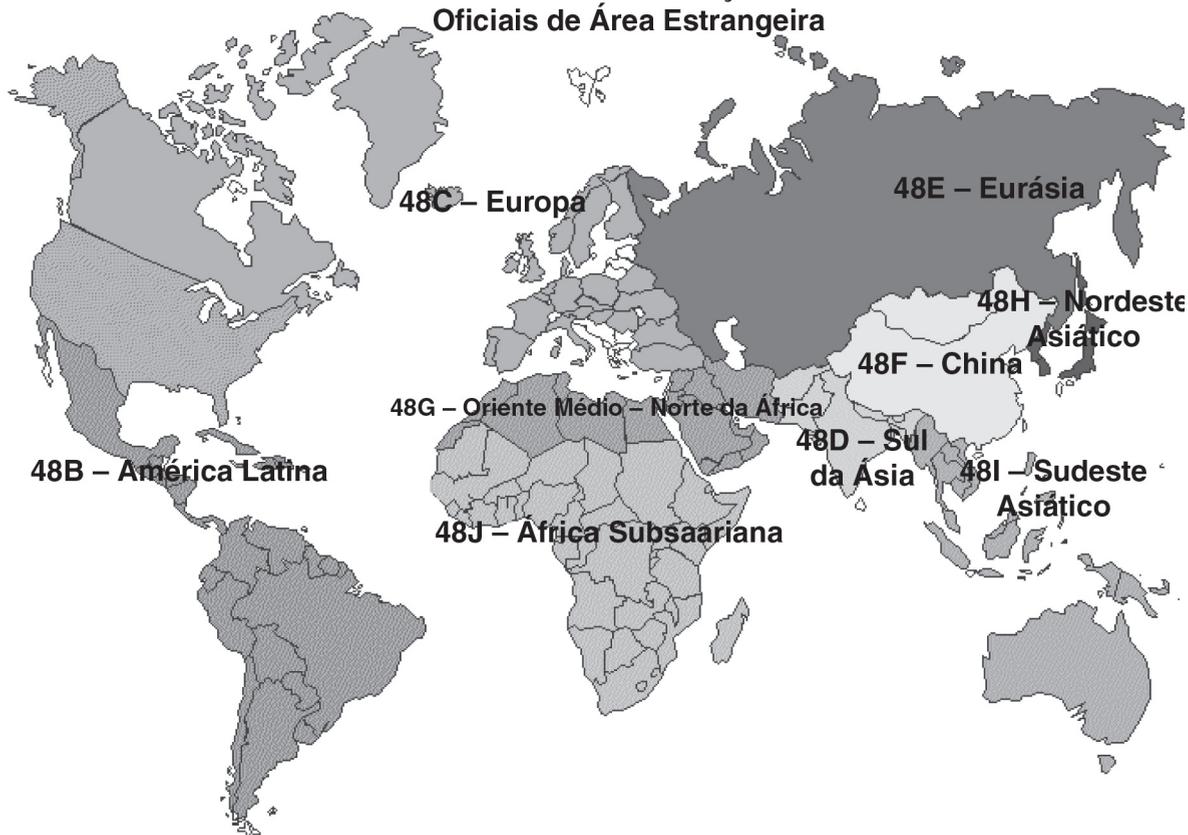
No final das contas, o Exército deve assegurar-se de que as suas táticas satisfazem as necessidades do ambiente operacional contemporâneo, caso contrário não serve. Se isto não ocorrer, não será bom para as operações estratégicas. Oportunistas com conhecimento político e de mídia, assim como das forças inimigas, explorarão tais falhas como evidência de uma estratégia fracassada.

Uma Possível Solução

Nossos valores são sagrados. Mas todo o resto pode ser negociável.

—Chefe de Estado-Maior do Exército,
General Peter J. Schoomaker⁹

Áreas de Concentração de Oficiais de Área Estrangeira



Segundo a Publicação 600-3 (*Army Pamphlet 600-3*) do Departamento do Exército dos EUA, *Commissioned Officer Development and Career Management* (Gerenciamento da Formação e da Carreira do Oficial): “A área funcional do oficial de área estrangeira foi planejada para treinar e formar oficiais de carreira para cumprirem as exigências mundiais do Exército referentes aos oficiais especializados em análises regionais. Ela proporciona aos oficiais as oportunidades para desenvolverem as habilidades exigidas à condução e análise das atividades militares que tenham impactos econômicos, sociais, culturais, psicológicos ou políticos. Os oficiais de área estrangeira combinam experiência regional, competência lingüística, conhecimento político-militar e habilidades militares profissionais para promover os interesses dos EUA”¹⁰ Esse conjunto de habilidades é exatamente o que se exige no estado-maior da divisão/unidade de emprego (*division/unit of employment — UEx — staff level*). Com os oficiais das armas, quadros e serviços e praças das qualificações militares (QM) atualmente existentes nos Quadros de Organização (QO) atuais do Exército, não podemos obter uma melhor capacidade estratégica no nível tático, a menos que o Exército o consiga do nada.

Apesar de os oficiais de área estrangeira serem considerados meios de nível estratégico e operacional, eles

são taticamente competentes e capazes para servirem em funções estratégicas no nível tático. Embora passem a maior parte das suas carreiras em posições de nível estratégico em embaixadas, comandos combinados ou em Washington, D.C., (daí o apelido “Esclarecedores Estratégicos”), todos os oficiais de área estrangeira já comandaram unidades táticas no nível de companhia; alguns já comandaram batalhões e brigadas; e muitos fizeram pós-graduação pela Escola de Comando e Estado-Maior e em Escolas Superiores de outras forças armadas. Experiência e conhecimento táticos não faltam no currículo do típico oficial de área estrangeira.

O programa de treinamento do oficial de área estrangeira forma especialistas regionais. Os oficiais de área estrangeira recebem um curso inicial intensivo de idioma, de 6 a 18 meses, dependendo da sua região de operações. Para que um destes oficiais seja lingüisticamente qualificado, ele deve alcançar um nível de fluência 2/2/2 (proficiência limitada de trabalho em compreensão auditiva, leitura e conversação) segundo o padrão de Teste de Proficiência de Idioma do Departamento de Defesa. Muitos oficiais de área estrangeira alcançam notas 3/3/3 (habilidades lingüísticas profissionais em compreensão auditiva, leitura e conversação) ou maiores.¹¹ Todos os oficiais de área estrangeira têm



Departamento de Defesa

Gen Petraeus do Exército dos EUA, Comandante do Comando Multinacional de Transição de Segurança, cumprimenta um soldado iraquiano após seu discurso motivacional para uma equipe de força especial da polícia na base de operações avançadas Normandy em Diyala, Iraque. (Junho de 2005)

mestrados, são regionalmente orientados e alguns deles possuem doutorado. Os seus estudos normalmente concentram-se funcionalmente em considerações estratégicas regionais.

Os oficiais de área estrangeira são submetidos a um treinamento no país estrangeiro (*in-country training – ICT*), de 12 a 18 meses, dependendo da sua região. O treinamento consiste em cursar Escolas de Comando e Estado-Maior, adquirir habilidades lingüísticas e culturais avançadas, e participar de grupos de pesquisas das nações anfitriãs. Durante o treinamento no país estrangeiro, eles viajam extensivamente na região designada, a fim de se tornarem intimamente familiarizados com a cultura e o idioma. Uma vez concluídas as exigências do treinamento, suas missões podem ser de interação com os funcionários da Embaixada dos EUA e com funcionários de outras agências governamentais norte-americanas.

Com toda essa experiência e antecedentes, os oficiais de área estrangeira integrantes de um estado-maior de divisão/unidade de emprego podem fornecer um grau de aprimoramento analítico que comandantes talvez careçam.

Por exemplo, o oficial de inteligência E2 em conjunto com o oficial de área estrangeira poderia aperfeiçoar a análise de inteligência usando o seu conhecimento detalhado de fatores culturais, minimizando assim, a necessidade de conhecimentos intuitivos. Além disso, o oficial de área estrangeira poderia fornecer uma análise profunda baseada em dados reais das reações e

respostas de civis às operações norte-americanas. Essas condições são essenciais devido ao fato de os efeitos de segunda e terceira ordens resultantes de análises do E2 serem utilizados em tudo que é desenvolvido pelo estado-maior e pelos comandos subordinados.

Com a visão experiente do oficial de área estrangeira e o auxílio do E3 seria possível aperfeiçoar o planejamento e treinamento levando em consideração o paradigma cultural do ambiente operacional contemporâneo em selecionar táticas, técnicas e procedimentos (*tactics, techniques, and procedures – TTP*) apropriados — potencialmente a contribuição mais importante do oficial de área estrangeira. Esses mesmos oficiais também podem ajudar as unidades convencionais a treinarem e operarem de modo conducente para o estabelecimento de relações positivas com as populações nativas e, dessa forma, ajudar-nos a entender como eles reagem à nossa presença. Lembre-se, parte dessa missão é proteger a legitimidade e a credibilidade estratégicas.

Junto ao oficial de logística E4, o oficial de área estrangeira seria indispensável para a obtenção de maior apoio logístico fora da nação anfitriã, de formas mutuamente benéficas.

O oficial de área estrangeira auxiliado pelo E5 (oficial de assuntos civis-militares e pelo E7 (oficial de operações de inteligência) poderia implementar operações civis-militares, que ajudariam a preencher as necessidades das populações locais, e operações de inteligência, que teriam um efeito positivo e decisivo.

Em suma, incluir oficiais de área estrangeira no

estado-maior de divisão/unidade de emprego é exatamente o que os comandantes naquele nível precisam, especialmente porque as suas organizações têm tipicamente a maior interação, em primeira mão, com os povos nativos.

Um oficial de área estrangeira deveria servir no estado-maior de divisão/unidade de emprego? Eu visualizo uma equipe composta por esses oficiais, cujos antecedentes correspondem às suas respectivas áreas de operações. (Veja quadro). Por exemplo, se uma divisão/unidade de emprego estiver operando no Iraque, a equipe consistirá de quatro a seis 48G (oficiais de área estrangeira — Oriente Médio/Norte da África). Esse mesmo modelo serviria no caso de desdobramento de

No decorrer da história, as forças militares convencionais raramente tiveram êxito em operações realizadas nas regiões onde as culturas nativas eram significativamente diferentes das suas. O Exército não é uma exceção a essa regra. Quando conduzimos tais operações assumimos um grande risco, a menos que escolhamos agir de outra maneira.

uma divisão/unidade de emprego para outras regiões; por exemplo, dois a quatro 48H (oficiais de área estrangeira — Nordeste Asiático) combinados com dois 48F (oficiais de área estrangeira — China) no caso de conflito na Península Coreana.

Cada equipe de área estrangeira seria, de preferência, comandada por um tenente-coronel e teria de três a cinco maiores especialistas na mesma área. Essa configuração criaria condições ideais para a coordenação e integração horizontais no estado-maior da divisão/unidade de emprego e proporcionaria a capacidade de desenvolver uma relação usual com brigadas de manobras/unidades de ação (um major oficial de área estrangeira por brigada de manobra/unidade de ação).¹² A equipe poderia ser modular, entretanto eu acredito que uma equipe orgânica com horário integral dentro do estado-maior de divisão/unidade de emprego seria bem mais vantajosa.

De onde viriam esses oficiais de área estrangeira? Devido aos custos do treinamento associados com a qualificação desses oficiais, essa é uma pergunta válida. Há três opções. A primeira seria designar temporariamente esses oficiais para estados-maiores de divisão/unidades de emprego segundo a necessidade. A desvantagem é que eles provavelmente seriam retirados dos postos nos níveis operacionais ou estratégicos sem que houvesse reposição qualificada imediatamente disponível.

Alguns dizem que talvez tenhamos muitos oficiais

de área estrangeira para a Europa (48C) por causa da falta de redistribuição global de oficiais dessa especialidade após a Guerra Fria. Se isso for verdade, como segunda opção, o Exército deveria considerar a redesignação desses oficiais na Europa, ou em outro lugar, para regiões onde houver maior necessidade estratégica.¹³ Isso poria à disposição do Exército um efetivo de oficiais de área estrangeira mais relevante e menos redundante, com habilidades regionais apropriadas para o serviço em estados-maiores de divisão/unidade de emprego. Há, entretanto ainda dois obstáculos. O Exército estaria “trocando o certo pelo duvidoso” ao mesmo tempo em que potencialmente abriria vagas em outros lugares. Além disso, o Exército provavelmente terá que reciclar oficiais de área estrangeira redesignados. Entretanto, se o Exército administrar isso judiciosamente, poderia minimizar essa situação ao designar os oficiais de área estrangeira para regiões mais relacionadas às suas habilidades lingüísticas, como, por exemplo, designar um 48C que fale francês para um país africano subsaariano 48J, onde o francês seja a língua nacional.

A terceira opção seria simplesmente avaliar e treinar mais oficiais de área estrangeira; designá-los em posições criadas recentemente nos estados-maiores de divisão/unidades de emprego ou colocá-los na Reserva do Exército para que possam ser utilizados quando necessário. O maior obstáculo é o problema original de custos de treinamento, particularmente quando relacionado ao tempo. No entanto, essa talvez seja a melhor linha de ação.

Nas condições ideais, com divisões/unidades de emprego suficientes para cobrir todo o raio de ação de contingências globais, poderíamos designar específicas divisões/unidades de emprego para específicos pontos de tensão. Nesse caso, eu sugiro postos permanentes para uma equipe de oficial de área estrangeira em cada estado-maior de divisão/unidade de ação. Por exemplo, se a 25ª Divisão de Infantaria (Leve) adotasse uma orientação rigorosamente asiática, isso refletiria na equipe de oficiais de área estrangeira (uma mistura apropriada de 48D, 48F, 48H e 48I, como exigido). No entanto, com a atual postura expedicionária e estrutural da força, talvez seja difícil alcançar tal objetivo. Mesmo assim, devemos reduzir a percepção de que as forças convencionais têm desnecessariamente excesso de pessoal em operações no exterior, especialmente onde as culturas nativas são significativamente diferentes da nossa. Acredito que os benefícios alcançados com a colocação de oficiais de área estrangeira no estado-maior de divisão/unidades de emprego ultrapassam os desafios decorrentes. Esse é um conceito que não deveria ser subestimado, particularmente em uma era na qual “todas as opções são possíveis”.



Departamento de Defesa

Um oficial de inteligência fala com o ancião de uma aldeia no distrito de Shah Wali Ko, Afeganistão. (abril de 2004)

Um Estudo de Caso

A Operação *Mountain Sweep* demonstra como conduzir e como não conduzir operações táticas e como lidar com as conseqüências estratégicas quando as unidades táticas não são culturalmente aptas. A operação que ocorreu no sul de Khost e Gardez, no Afeganistão, próximo à fronteira com o Paquistão, entre 18 a 26 de agosto de 2002, foi considerada, em geral, um sucesso. Os soldados da 82ª Divisão Aeroterrestre e de outras unidades convencionais foram elogiados pelo seu profissionalismo.¹⁴ Entretanto, em um artigo intitulado *I Yelled at them to Stop* (Eu lhes Gritei que Parassem), Colin Soloway, repórter da revista *Newsweek*, descreveu as frustrações de um Destacamento Operacional Alpha de Forças Especiais.¹⁵ A unidade operara na região por algum tempo e desenvolvera uma afinidade com os aldeões locais. Durante uma inspeção de rotina, membros do Destacamento Operacional Alpha chegaram à casa de um aldeão idoso, bateram na porta e explicaram que procuravam por armas. O homem idoso permitiu que o Destacamento entrasse após mandar as mulheres da casa para outro cômodo, onde não fossem vistas por homens estranhos, de acordo com um costume local. Após a busca, o homem idoso convidou os membros do Destacamento para ficarem para um chá e um bate-papo. Ao saírem, os membros do Destacamento agradeceram ao senhor e foram embora, deixando os habitantes com seu orgulho e dignidade intactos.

Momentos depois, o Destacamento Operacional Alpha presenciou quando soldados da 82ª Divisão Aeroterrestre foram à mesma casa, arrombaram a porta e entraram à força. O comandante do Destacamento gritou para que parassem, mas o senhor idoso que havia acabado de lhes servir chá foi jogado no chão pelos soldados da 82ª, que também ameaçaram revistar as mulheres. O comandante do Destacamento voltou correndo à cena e ordenou que os soldados parassem. A humilhação terminou quase tão rapidamente como começara. Entretanto, as mulheres estavam furiosas e o senhor idoso fora desonrado e humilhado.

Segundo fontes das Forças Especiais, aldeões e funcionários locais viam a Operação *Mountain Sweep* como um fracasso total. Opiniões locais geralmente são as mais relevantes, e a opinião era de que as unidades do Exército obtinham êxito apenas em “aterrorizar inocentes aldeões e arruinar a afinidade conquistada pelas Forças Especiais com as comunidades locais”.¹⁶

Um dos principais alvos da operação era um financiador da Al-Qaeda que supostamente operava na região. Aparentemente, os habitantes da área avisaram-no e ele conseguiu escapar. O comandante da Operação *Mountain Sweep* alegou que os aldeões tinham conhecimento da nossa chegada.¹⁷ Teriam os idosos aldeões avisado ao suspeito financiador como revanche pelo inapropriado tratamento dos soldados norte-americanos? Se a resposta for sim, isso certamente demonstra como a ignorância cultural pode exercer um papel

dramático ao desgastar a legitimidade e a credibilidade dos EUA e aumentar os perigos no ambiente da ameaça. Em retrospectiva, a presença de um experiente oficial de área estrangeira 48D - Sul da Ásia no estado-maior do comandante (designado pelo QG da divisão/ unidade de emprego superior) teria sido inestimável.

Oferecendo Pontos de Vista

Todos os anos um oficial de área estrangeira 48D recebe treinamento na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército do Paquistão. A maioria dos que fazem o curso desenvolve um conhecimento básico do idioma e da cultura *Pashtu*, comuns no Noroeste do Paquistão e na região Khost/Gardez no Afeganistão. Um oficial de área estrangeira como esse, em particular alguém com experiência em trabalhar com Forças Especiais, deveria ter aconselhado o comandante a solucionar o conflito de táticas, técnicas e procedimentos e de regras de engajamento com os Destacamentos Operacionais Alpha na região, para manter a confiança dos habitantes locais.

Como perito regional da organização, o oficial de área

estrangeira estaria idealmente preparado para proporcionar ao comandante a visão interna na dinâmica cultural da região, a fim de melhor avaliar, visualizar e compreender o ambiente. Contudo, um senhor idoso humilhado e com a porta da frente arrombada é uma lembrança viva do dia em que os americanos chegaram à cidade.

Queira ou não, estamos na era do “cabo estratégico” — quando as ações de soldados, especialistas, cabos e estados-maiores de planejamento no nível tático podem ter um efeito estratégico diferente nas operações em andamento e podem determinar o tom estratégico em países ou nações onde talvez precisemos nos desdobrar no futuro.¹⁸ O Exército deve tratar cuidadosamente desse assunto, para construir legitimidade e credibilidade no exterior. A inclusão de oficiais de área estrangeira nos estados-maiores de divisão/unidades de emprego pode produzir resultados desejáveis com implicações diretas para as ações dos membros do estado-maior, comandantes subordinados e soldados nos escalões mais inferiores. Na Guerra Global contra o Terrorismo, devemos assegurar que os erros do passado não se repitam. **MR**

Referências

1. Gen Peter F. Leahy, Chefe do Exército, Força de Defesa Australiana, palestra apresentada no seminário Defence Management Seminar (Strategic and International Policy Division, em Canberra, 18 de outubro de 2002, disponível em www.defence.gov.au/army/PUBS/CAspeeches/20021018.pdf), acesso em 11 de fevereiro de 2005.

2. Secretário de Estado Colin L. Powell, fala durante a comemoração dos 100 anos de George Kennan, Princeton University, New Jersey, 20 de fevereiro de 2004, disponível em www.princeton.edu/pr/home/04/0220_powell/hmcap.html, acesso em 11 de fevereiro de 2005.

3. Walter A. McDougall, “Teaching the Vietnam War,” procedimentos do Instituto de História para Educadores de Escolas Secundárias e Corpo Docente das Faculdades Técnicas, Foreign Policy Research Institute, 6-7 de maio de 2000, disponível em www.fpri.org/footnotes/063.200006.mcdougall.teachingvietnamwar.html, acesso em 11 de fevereiro de 2005.

4. Michael O'Malley, The Vietnam War and the Tragedy of Containment, Centro de História e Imprensa Nova, George Mason University, Fairfax, Virginia, disponível em <http://chnm.gmu.edu/courses/122/vietnam/lecture.html>, acesso em 30 de maio de 2004.

5. Evan Thomas, John Barry, e Christian Caryl, “A War in the Dark,” Newsweek, 10 de novembro de 2003, disponível em www.msnbc.msn.com/id/3339591/site/newsweek/, acesso em 27 de fevereiro de 2005.

6. CEM do Exército GEN Peter J. Schoomaker, palestra, reimpresso em The Fort Huachuca Scout, 1 de agosto de 2003, disponível em <http://huachuca-www.army.mil/USAG/PAO/2003scouts/The%20Scout%2014%20Aug%2003.pdf>, acesso em 11 de fevereiro de 2005.

7. Trudy Rubin, “A Textbook Case in Rebuilding Iraq,” The Philadelphia Inquirer, outubro de 2003, disponível em www.findarticles.com/p/articles/mi_kmtpi/is_200310/ai_kepm284158, acesso em 11 de fevereiro de 2005.

8. GEN Ricardo Sánchez, Comandante, Forças Terrestres da Coalizão, orientação da imprensa, Irak, 23 de julho de 2003, disponível em www.globalsecurity.org/wmd/library/news/iraq/2003/07/iraq-030723-dod01.htm, acesso em 11 de fevereiro de 2005.

9. Greg Jaffe, “A Maverick’s Plan to Rebuild the Army is Taking Shape,” Wall Street Journal, 12 de dezembro de 2003, disponível em www.usma.edu/publicaffairs/directorscorner/WSJSchoomakerDec03.htm, acesso em 11 de fevereiro de 2005.

10. U.S. Department of the Army Pamphlet 600-3, Commissioned Officer Development and Career Management (Washington, DC: Escritório da Imprensa do Governo dos EUA, [GPO], 1 de outubro de 1998), p.262.

11. Regulamento do Exército dos EUA 350-16, Total Army Language Program (Washington, DC: GPO, el 13 de março de 1998), pp. 4-11.

12. Peter A. Wilson, John Gordon IV, e David E. Johnson, “An Alternative Future Force — Building a Better Army,” Parameters (Inverno de 2003-04): p. 20.

13. Gen Michael A. Vane e TC Daniel Fagundes, “Redefining the Foreign Area Officer’s Role,” Military Review (maio-junho de 2004): pp.15-19.

14. Jim Garamone, “Coalition Forces Complete Operation Mountain Sweep,” artigo publicado no Armed Forces Information Services, www.pentagon.mil/news/Aug2002/n08262002_200208261.html, acesso em 11 fevereiro de 2005.

15. Colin Soloway, “I Yelled At Them To Stop,” Newsweek, 7 de outubro de 2002, pp. 36-38.

16. *Ibid.*, p. 37.

17. Bill Skinner e Ryan Chilcote, “Operation Mountain Sweep Nets Taliban Weapons,” 26 de agosto de 2002, <http://edition.cnn.com/2002/WORLD/asiapcf/central/08/26/afghan.operation/>, acesso em 11 de fevereiro de 2005.

18. Sage Stossel, “In The Line Of Fire,” entrevista com o jornalista Robert D. Kaplan, The Atlantic Online, www.theatlantic.com/unbound/interviews/int2004-06-15.htm, acesso em 11 de fevereiro de 2005.

O Major Ron Sargent, Especialista na Área de Serviço Exterior no Sudeste Asiático, graduou-se pela Ohio University. Possui o título de Bacharel pela Xavier University, curso de pós-graduação em Estudos Estratégicos e de Defesa pela University of Malaya, e possui curso de pós graduação da Escola de Estado-Maior das Forças Armadas da Malásia e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército dos EUA. Desempenhou várias funções de comando e estado-maior no território continental dos Estados Unidos, Havaí e Coréia do Sul.